

## «A cultura da infância numa sociedade democrática:

### Contributos e responsabilidades. A mais valia da informação/ comunicação»

Os meios de comunicação social e o jornalismo têm responsabilidades e podem dar contributos à cultura da infância, objectivo para que aponta este seminário.

O debate aqui travado apontou caminhos para um percurso que terá de concitar vontades, competências e saberes de diferentes protagonistas.

A este propósito, vou pronunciar-me sobre alguns tópicos que a ética e deontologia me suscitam.

A evidência quanto ao campo onde o jornalismo se inscreve é que os meios de comunicação social constituem uma das instituições sociais estruturantes da realidade que percebemos.

Uma realidade que muitas vezes defrauda expectativas e que outras se plasma ao nosso imaginário, ao denominador comum. Sem me deter sobre a realidade que os *média* constroem, quero aludir aos jornalistas e à prática do jornalismo que são sempre quem dá a cara pelas notícias.

E são, indubitavelmente, responsáveis pelo seu trabalho, tal como o Código Deontológico dos Jornalistas o postula.

E aos jornalistas são imputadas as mais perversas malfeitorias como as mais magnificentes bondades. Talvez com justa causa em ambos os casos.

Ora herói, ora vilão, o jornalista é o jornalista mais as circunstâncias do jornalismo. O jornalista é o homem ou a mulher mais as suas próprias circunstâncias.

Mas o jornalismo não é apenas a profissão de jornalista. É também um processo discursivo, com distintas identidades e propósitos.

Pertence a um campo inscrito em meios de comunicação social com que se confunde e nos quais se cruza com outras narrativas, que lhe acrescentam significados ou condicionam os que lhe são específicos.

Quando falamos de jornalismo estamos a abordar uma realidade mais complexa do que a percepção do leitor, ouvinte ou telespectador pode descortinar.

O jornalismo, na sua expressão mais lata, é um campo onde se cruzam múltiplos interesses e onde as responsabilidades frequentemente se diluem ou se tornam irresponsáveis.

Os *média* são uma das instituições estruturantes da realidade e o jornalismo é apenas uma das suas componentes. Na sua narrativa, o jornalismo não constrói apenas fragmentos da realidade, reproduz também a realidade construída por outras instituições [como a família, o Estado, a religião ou a educação].

Espero que não tomem como uma perda de tempo o que disse até agora. A intenção é situar o jornalismo numa dimensão macro.

Para agora focar o olhar no que é micro. Veremos que o ou a jornalista é apenas um actor com um papel atribuído.

Um actor sujeito a interações várias. É subordinado numa estrutura hierarquizada, está balizado por uma orientação editorial, encontra-se indirectamente condicionado pelo objectivo social da firma e pela sua lógica comercial.

Se todos estes são factores endógenos à instituição, há outros externos que o influenciam no desempenho do papel atribuído. A relação com as fontes, individuais e organizadas, o contexto social, político e económico e, ainda, o património da sua subjectividade.

Não pretendo encontrar argumentos para justificar ou desculpar faltas éticas e deontológicas do jornalismo e dos jornalistas. O jornalista é responsável e deve e pode ser responsabilizado. Mas também se devem atribuir responsabilidades complementares a quem é conivente por acção ou omissão com as suas faltas.

Ao traçar este quadro quero concitar o olhar crítico, não só do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas, a que pertenço, mas também a de outros actores, individuais ou colectivos, visados pelas notícias: as fontes, os sujeitos noticiados, os leitores, os ouvintes, os telespectadores.

A qualificação do jornalismo requer a qualificação de todos os que intervêm no processo.

A qualificação do jornalismo requer dos jornalistas que não se vejam a si próprios como actores isolados com um papel atribuído, mas como profissionais com uma função e um propósito comuns.

Profissão que requer perícias técnicas, competências e saberes. Por exemplo, ler e interpretar, escrever, pesquisar, lidar com a tecnologia, constituem requisitos consensuais.

Todavia, não subsiste a mesma evidência quanto a outros requisitos, como a dimensão ética ou a autonomia, consideradas como atributos da profissão.

A questão ética em jornalismo consiste no uso de um elenco de princípios e valores para descrever ou avaliar a conduta profissional. A ética jornalística não pode reduzir-se à etiqueta, ao interesse próprio do jornalismo, aos seus lucros ou à legislação.

É esta reflexão que os jornalistas têm de encetar ou reforçar. Da mesma forma que quem os lê, ouve e vê deve estar atento para quais são as fontes dos deveres dos jornalistas: deveres éticos gerais, o seu papel social e o seu impacto e influência.

O Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas está apostado em desenvolver e estimular iniciativas com o objectivo de aprofundar a compreensão das funções éticas e princípios do jornalismo, incrementar um raciocínio ético, debater os padrões constituintes das nossas práticas, promover um comportamento ético ao nível da tomada de decisões e promover a discussão pública da ética do jornalismo.

Inserir-se nesta linha de acção as reuniões e o trabalho que estamos a desenvolver no quadro do Conselho Deontológico, para os quais convidámos jornalistas que já ocuparam funções neste órgão, provedores de leitor, ouvinte e telespectador, docentes do ensino superior e especialistas na área.

Trata-se de uma iniciativa que procura juntar jornalistas e não-jornalistas para estudar e aprofundar o conhecimento no domínio da ética e deontologia, chegar a dados concretos e dar-lhes divulgação num espaço próprio no sítio Internet do Sindicato dos Jornalistas.

Verifica-se actualmente um declínio dos padrões éticos que requerem medidas. O problema não é exclusivamente português. Um artigo de Stephen J. A. Ward, professor de jornalismo [Canadá e EUA], aborda os novos problemas éticos, resultantes das alterações radicais ocorridas no campo dos *média* por efeito da globalização.

Aponta como maiores factores do problema: a proliferação de meios [em simultâneo com a convergência do mesmo tema de actualidade], as mudanças nas audiências [implicando divulgação da informação sem que a sua verificação esteja completa], a convergência nos meios [jornalistas trabalham para diversas redacções, fusões e aquisições], e o aumento da importância dos valores comerciais [notícias como uma parte da obtenção de lucros].

Na sua óptica, esses factores conduziram a alguns efeitos negativos: a prática de um jornalismo de afirmação [mais opinativo, com menos verificação, maior sensacionalismo, mais ênfase no conflito], pressão para baixar os padrões éticos [simplificação do conteúdo, contexto e análise menos sérios, entretenimento e celebridades], fartura de informação [e *média* intrusos e omnipresentes], convergência e valores comerciais [com prioridade aos imperativos económicos sobre os deveres éticos, conflitos de interesse e perda da independência jornalística], e, por último, a confusão sobre o que é o jornalista e que padrões são relevantes [controlo editorial, necessidade de profissionalismo e educação especial para jornalistas].

Mas se estes são problemas novos, subsistem velhos problemas. O sociólogo Max Weber, numa lição que deu a estudantes da Universidade de Munique, em 1919, e posteriormente publicada num ensaio [A política como vocação], desenvolveu o tópico da ética numa análise às acções de políticos e jornalistas. Estabeleceu a diferença entre ética da responsabilidade e ética da convicção ou dos fins últimos. Segundo Weber, estas duas posições não são opostos absolutos, mas elementos complementares.

No primeiro caso, o da ética da responsabilidade, a correcção de uma acção é avaliada principalmente de acordo com as consequências previsíveis e não pelos motivos que estão na base da acção. No caso da ética da convicção, a correcção de uma acção é avaliada principalmente pela convicção que a motiva e não pelas suas consequências expectáveis.

Ora, a ética da convicção funda-se no entendimento de que o seu seguidor não assume a responsabilidade pelas consequências da sua acção. A culpa é do mundo, que é estúpido e mesquinho.

Pelo contrário a ética da responsabilidade traduz-se em lidar com as escolhas dos meios para atingir o objectivo, assim como interpela os objectivos e valores em confronto. Avalia os efeitos directos da acção, assim como os seus efeitos indirectos.

Os princípios que devem orientar a profissão do jornalista compele a que se analise as práticas e se reflecta sobre a nossa actividade. Requer que se saiba para quem escrevemos e qual o compromisso cívico que se assume. Por forma a que a cobertura de acontecimentos mais melindrosos não se traduza numa segunda vitimização das vítimas.

Os jornalistas têm o dever de colocar na agenda as esferas ética e deontológica.

Orlando César  
Presidente do Conselho Deontológico do Sindicato dos Jornalistas  
Lisboa, 25 de Setembro de 2008